

A GEOGRAFIA NO CONTEXTO SOCIOECONÔMICO, CULTURAL E POLÍTICO APÓS A REVOLUÇÃO DE 1930: DESENVOLVIMENTO E CONSOLIDAÇÃO ENQUANTO CIÊNCIA E DISCIPLINA ESCOLAR

La Geografía en el Contexto Socioeconómico, Cultural y Político Después de la Revolución de 1930: desarrollo y consolidación como asignatura científica y escolar

DOI 10.55028/geop.v18i34

Maria Cristina Lanza de Barros*

Resumo: O estudo que aqui se apresenta é fruto de pesquisa que buscou o entendimento, através da história, do espaço político, social e econômico do período pós-revolução de 1930 e dentro deste a compreensão da consolidação da Geografia, no Brasil, enquanto ciência e disciplina escolar. O texto apresentado objetiva levar ao entendimento da importância e função que a Geografia desempenhou neste período, legitimando-se enquanto ciência no Brasil e conquistando espaço na estrutura curricular do ensino secundário, tornando-se uma ciência de peso e importância na sociedade política do país.

Palavras-chave: Geografia, Disciplina Escolar, Função da Geografia.

Resumen: El estudio que aquí se presenta es el resultado de una investigación que buscó comprender, a través de la historia, el espacio político, social y económico del período posterior a la revolución de 1930 y, dentro de ese período, la comprensión de la consolidación de la Geografía, en Brasil, como ciencia y escuela de disciplina. El texto presentado tiene como objetivo conducir a la comprensión de la importancia y la función que jugó la Geografía en este período, legitimándose como ciencia en Brasil y conquistando espacio en la estructura curricular de la educación secundaria, convirtiéndose en una ciencia de peso e importancia en la sociedad política del país.

Introdução

Como professora de prática de Ensino em Geografia no Campus do Pantanal da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, sinto nos acadêmicos a falta do entendimento da importância desta ciência enquanto disciplina escolar no contexto educacional por desconhecimento da história. Por esta razão, e para melhor compreensão, trago neste breve texto a trajetória da Geografia no Brasil, com objetivo de levar ao entendimento da importância e função que esta ciência desempenhou neste período, legitimando-se no Brasil e conquistando espaço na estrutura curricular do ensino secundário. Familiarizados com a história do Brasil vão entendendo como a Geografia se constituiu e se institucionalizou como uma ciência de peso e importância na sociedade política do país, repetindo o que aconteceu no século XIX na Alemanha, quando se

* Professora da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, do Curso de Geografia do CPAN/UFMS, Graduada em Geografia - FCT/UNESP, Mestre em Educação – FFCH/UFMS e Doutora em Geografia – FCH/UFMGD. E-mail: cristina.lanza@ufms.br.

Palabras-clave: Geografía, disciplina escolar, Función de la Geografía.

institucionaliza como ciência. Portanto, busca-se aqui o entendimento da história da disciplina de Geografia e sua importância no contexto histórico do Brasil.

Aprofundamos, através de pesquisa bibliográfica, nossas leituras sobre a Geografia enquanto ciência e disciplina escolar para buscar alguns esclarecimentos sobre a mesma, e, constatamos que muitos autores destacavam e indicavam a década de 1930, como um marco para esta ciência no Brasil. E o que mais nos chamou atenção, principalmente no que diz respeito à disciplina de Geografia, é que esta foi considerada como uma das mais importantes do currículo escolar deste período, no Brasil. Isto nos despertou um grande interesse em entender porque a disciplina de Geografia, presente nos currículos escolares brasileiros desde o século XIX, conquista este espaço só neste período.

Este estudo está focado nas décadas de 1930 e 1940, época que se caracteriza por transformações políticas, sociais e econômicas que marcaram a história do Brasil. Governado por Getúlio Vargas, este foi um período de divulgação do discurso nacionalista patriótico, onde as Ciências Humanas eram vistas como veículos de divulgação ideológica e a Geografia, se apresentava, com importância que até então não havia tido no Brasil, principalmente como disciplina escolar.

De maneira geral, esta função ideológica da Geografia é evidenciada desde

quando a mesma ganha o *status* de ciência na Alemanha, no século XIX, passando a ser denominada Geografia Moderna. É nesta época que também a disciplina passa a ser ensinada em todas as escolas alemãs e nas universidades, tendo um papel importante no processo de unificação da Alemanha e também na derrota da França na guerra Franco-Prussiana.

No Brasil, a Geografia Moderna surge em 1913 com as primeiras publicações de Delgado de Carvalho, entretanto só é introduzida no ensino da Geografia a partir de 1930, quase um século depois de surgir na Europa. É indiscutível a importância que teve Delgado de Carvalho nos rumos tomados pela História da disciplina de Geografia. Em 1913 publica o seu primeiro compendio escolar *Geographia do Brasil*, que se tornou um marco da moderna Geografia científica brasileira, onde faz a primeira proposta de se pensar o ensino de Geografia segundo moldes mais estruturados enquanto modelo científico.

Assim, neste texto, buscaremos discutir o período de 1930 a 1945 para entender a importância das mudanças ocorridas após a Revolução de 1930 e as influências que estas tiveram no desenvolvimento da Geografia no Brasil.

Contexto histórico e Geográfico da abordagem

A Revolução de 1930 ocasiona rupturas estruturais nas relações entre o Estado e a sociedade brasileira. A partir de então, a classe burguesa constituída pela classe média, ganha força, poder político e econômico, influenciando também os valores culturais e sociais.

Ianni (1971) acredita que o sistema capitalista vigente no Brasil dita as regras para o funcionamento do poder público, que passa a funcionar segundo as exigências e as possibilidades estabelecidas por ele.

Getúlio Vargas, que assume o governo provisoriamente, após a Revolução de 1930, comanda o Estado neste período, até 1945. Imprime de imediato o intervencionismo estatal com força total, através de uma série de medidas, como a criação e consolidação das leis trabalhistas (aposentadoria e assistência médica), regulamentação da estrutura sindical, estabelecimento de planos administrativos, estabelecimento direto da administração federal nas diversas localidades do País (via bancos e órgãos de fiscalização), construção, por parte do Estado, de grandes empresas industriais e de infraestrutura (Companhia Siderúrgica Nacional, Companhia Vale do Rio Doce, etc.). Enfim, adota uma série de medidas econômicas e realiza inovações institucionais que marcam uma nova fase nas relações entre o Estado e o sistema político-econômico (Ianni, 1971). Estas mudanças foram se realizando, à medida que se tornavam necessárias, respondendo aos problemas e

dilemas que iam aparecendo no âmbito político, atendendo interesses e pressões econômicas, políticas, sociais e militares, até mesmo interesses de origem externa.

Estas medidas são resultados de discussões que eram feitas mesmo antes da Revolução sobre problemas que o futuro governo deveria enfrentar, tais como: democratização do sistema político em geral; protecionismo alfandegário e defesa da incipiente indústria brasileira; reforma e ampliação do sistema nacional de ensino em todos os níveis; as funções do poder público na proteção e incentivo às atividades econômicas instaladas e a instalar-se; e uma política governamental em defesa do aproveitamento das riquezas minerais. Antes do governo Vargas, o sistema econômico brasileiro já se defrontara com problemas estruturais e conjunturais típicos de uma economia dependente, a economia primária exportadora (Ianni, 1971).

O autor afirma ainda que destas discussões suscitadas no período anterior a 1930, a qual denomina de bastidores da Revolução de 1930, resultou a formação de novos grupos sociais com interesses distintos daqueles vinculados à economia do café. Em consequência da incipiente industrialização que havia ocorrido até então, do crescimento do setor terciário e da urbanização, surgem os primeiros núcleos proletários fundamentados nos princípios da burguesia industrial, que acabam por expandir a classe média brasileira (Ianni, 1971).

O mercado interno cresce abrindo novas perspectivas para o setor industrial, ao mesmo tempo que a abolição da escravatura e a intensa imigração de europeus eram agentes de manifestação de mudanças econômico-sociais e culturais que ocorriam.

Como explica Caio Prado Júnior:

O progresso desta nova economia em germinação é condicionado pela constituição e ampliação de um mercado interno, isto é, o desenvolvimento do fator consumo, praticamente imponderável no conjunto do sistema anterior, em que prevalece o elemento produção. Concorre para isto, em primeiro lugar, o crescimento da população e elevação do seu padrão de vida, de suas exigências e necessidades. (...) Aos poucos, a produção interna, tanto agrícola como industrial, poderá ir fazendo frente em proporção cada vez maior às solicitações do consumo. (...) A indústria nacional vai progressivamente substituindo com seus produtos a importação anterior de quase tudo que diz respeito a artigos de consumo imediato, isto é, as manufaturas leves" (Prado Júnior, 1971 p. 52).

Este contexto histórico revela as precondições para o evento da Revolução de 1930, que acontece em meio a uma depressão econômica mundial (1929-1933). O episódio ocasiona efeitos catastróficos na cafeicultura, e conseqüentemente, no sistema político-econômico brasileiro, produzindo assim uma consciência mais clara dos problemas nacionais, obrigando todas as classes a se conscientizarem das

limitações de uma economia voltada para o mercado externo. E, a classe burguesa, fortificada, apoiada na força militar e aliada a alguns setores da classe média, passa a controlar o poder político e a opinar sobre as decisões da política econômica.

Assim, os grupos políticos do poder começam a modificar os órgãos governamentais e a inovar a esfera da política econômico-financeira.

As superestruturas político-administrativas em vigor tornam-se inadequadas, em virtude das condições em que se manifestavam as crises, e das consequências destas. Tudo isto causa uma reestruturação dos órgãos governamentais. Por isso, nos anos de 1930 a 1945, o governo federal criou comissões, conselhos, departamentos, institutos, companhias, fundações, formulou planos e debateu os problemas econômicos, financeiros, administrativos, educacionais e tecnológicos entre outros. Essas medidas alcançaram todas as esferas da sociedade brasileira, e com elas se pretendia estudar, coordenar, proteger, disciplinar, reordenar e incentivar as atividades produtivas em geral, reafirmando assim os padrões e valores específicos das relações e instituições do tipo capitalista.

Dentre as inovações e criações feitas neste período, está a criação Conselho Brasileiro de Geografia, em 1937, e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em 1938.

Além destes, inúmeros outros foram criados. Em sua maioria, resultantes de situações críticas ou problemáticas surgidas ao longo do processo político de evolução econômica.

A economia de guerra, as novas perspectivas de desenvolvimento industrial, a solução de problemas de defesa nacional, a reestruturação do poder político e do Estado e o surgimento de novas classes sociais foram fundamentais na implementação da prática do planejamento governamental no Brasil. Deste modo, técnicas de planejamento transformaram-se em componentes dinâmicos do sistema político administrativo, implantadas de forma desigual e fragmentária, segundo as possibilidades apresentadas por este sistema e pelos interesses predominantes do setor privado da economia. No Brasil, Ianni (1971, p. 70) aponta que, “ao mesmo tempo que se ensaiava a política econômica governamental planejada, desenvolviam-se as controvérsias sobre os limites da participação estatal na economia”.

Além da tentativa de uma economia planejada neste período, existia também um outro elemento importante que se desenvolveu nos debates de problemas políticos e econômicos brasileiros: o nacionalismo. Nos discursos e nas realizações do governo, nas diretrizes constitucionais, o nacionalismo passou a figurar de modo frequente. As soluções do tipo nacionalista eram buscadas para resolver os dilemas da sociedade nacional como um todo, conforme Ferraz:

A construção desta “sociedade nacional” só seria possível se as condições para tal fossem implementadas, e a única instância com estrutura de intervenção mais eficiente em todo território capaz de implementar tal projeto era o Estado, que teria de assumir duas frentes de enfrentamentos: a) como empresário da construção nacional e b) como engenheiro do processo de edificação do capitalismo industrial e da sociedade burguesa (Ferraz, 1995, p. 7).

As frequentes crises ocorridas na economia cafeeira e as próprias crises do capitalismo mundial evidenciavam as limitações estruturais da dependência econômica, ao mesmo tempo que revelavam as possibilidades que se abriam devido às rupturas estruturais e à liberação das forças produtivas. Assim se abriam novos horizontes da consciência social e política dos diferentes grupos e classes sociais, horizontes esses que eram ampliados pelas transformações estruturais que estavam ocorrendo na sociedade brasileira nas décadas de vinte e trinta.

Portanto, os limites e as possibilidades do sistema econômico e político brasileiro foram sendo colocados em evidência com o surgimento do setor industrial, da urbanização e os progressos da divisão social do trabalho, reforçando um contexto histórico propício para o nacionalismo se incorporar nos meios socioculturais, políticos e econômicos. Assim, paulatinamente, de diversas maneiras e por várias razões, as classes sociais mais desenvolvidas dos grandes centros urbanos iam também participando dos debates sobre os problemas nacionais.

Vlach (1988), quando fala da construção do nacionalismo patriótico, explicita a relação desse com o progresso, colocando que ambos são frutos do capitalismo. Na sequência, define o nacionalismo como sendo uma das maneiras de ofuscar a divisão social produzida pelo capitalismo, onde o discurso da necessidade de progresso da pátria seria um complemento ideal para que, à medida que todos concordassem em se sacrificar pela pátria, essa se imporia acima das classes sociais, dos partidos, respaldada pelo Estado que a vigia, a dirige, a protege e a reproduz.

Ianni (1971, p. 36), observa que: “o nacionalismo nos anos de 1930-45, se torna um elemento importante que permeia todos os debates sobre processos políticos econômicos da sociedade brasileira”.

Aos poucos o nacionalismo econômico associou-se à ideia de desenvolvimento, industrialização e independência e de criação de um capitalismo nacional, comungando este conceito com a proposta dos governantes, empresários, técnicos, líderes, políticos e militares que defendiam a emancipação econômica do país, pois para estes grupos era possível conquistar nova posição para o Brasil nas relações internacionais.

A Geografia encontra neste contexto histórico o palco ideal para se desenvolver cientificamente e se consolidar enquanto disciplina escolar, pois a nova estru-

tura política, centrada numa administração pública estruturada, que concentrava o poder, precisava conhecer melhor o território a ser administrado e disseminar o discurso nacionalista na sociedade e para isto o discurso sobre o espaço geográfico desempenharia o papel que o Estado precisava.

Sobre esta questão, Ferraz explica que:

Esta preocupação com o nacionalismo, via contribuição do conhecimento científico dos fatos e fenômenos estudados, era a palavra de luta de inúmeros discursos e textos da época (não só os de caráter geográfico), paulatinamente, as forças oficiais do Estado brasileiro foram se sensibilizando e se apercebendo da importância dos referenciais geográficos não só para melhor atender a complexidade territorial da nação, mas também como forma de divulgar este conhecimento segundo determinados objetivos (Ferraz, 1995, p. 27).

Algumas medidas do governo beneficiam a consolidação da Geografia enquanto ciência e disciplina escolar na década de 1930, como a criação do curso superior de Geografia na Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo - USP, em 1934, e da Faculdade do Brasil, em 1935, no Rio de Janeiro. Para ministrar aulas nessas faculdades foram trazidos geógrafos franceses, alemães e italianos, que se dedicam exclusivamente na construção desta ciência no Brasil e na formação das primeiras gerações de geógrafos, principalmente com destino ao ensino secundário, que acontece no ano de 1937.

Um outro fator que faz ressaltar a importância da Geografia na década de 30 é a fundação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Assim, o caráter científico do conhecimento geográfico vai se adequando ao discurso nacionalista objetivado pelo Estado, e nesta relação institucional, assumida pelos intelectuais, principalmente os liberais e progressistas da época, é que se via a solução para os problemas da existência deste ramo do saber, assim como a viabilização racional para a construção da nação brasileira.

A ciência geográfica no Brasil na década de 1930

O desenvolvimento deste tópico servirá de suporte para entendermos como este período foi importante no desenvolvimento da Geografia Moderna no Brasil, e conseqüentemente, como foi introduzida no ensino secundário. Este período é de uma intensa luta por parte dos intelectuais brasileiros da época, em especial os geógrafos, na tentativa de institucionalizar a Geografia como ciência no Brasil.

A década de 1930 é tida como um marco para a Geografia no Brasil, como explica Andrade:

[...] a evolução do pensamento geográfico no Brasil é analisado, quase sempre, a partir da década de 30, quando o país em consequência de uma revolução que destruiu grande parte das estruturas da Primeira República (1889/1930), realizou mudanças sensíveis no seu sistema de ensino (Andrade, 1994, p. 52).

Os estudos geográficos que se desenvolveram antes deste período, no Império e na Primeira República, no Brasil, se resumiram em levantamentos estatísticos, estudos descritivos e produção de alguns atlas produzidos pelos Institutos e Sociedades Geográficas. Delgado de Carvalho, que criticava esta Geografia produzida pelos Institutos, pois não considerava esta produção como científica pela falta de rigor metodológico, dava início à implantação do pensamento geográfico científico no país, com a publicação das obras *Brasil Meridional*, em 1910, *Geografia do Brasil*, em 1913, *Metodologia do Ensino da Geografia* (Introdução aos estudos da Geografia Moderna), em 1925, *Geografia Elementar e Physiografia do Brasil*, em 1926, quando se publicam as primeiras propostas de pensar a Geografia cientificamente. Era o início do pensamento geográfico científico no Brasil, marcado pela influência da escola francesa.

Sobre este geógrafo e sua importância para Geografia do Brasil, Andrade, faz a seguinte consideração:

[...] Delgado de Carvalho é considerado o iniciador dos estudos de geografia científica no Brasil e o nosso primeiro geógrafo. Ele se antecipou ao que ia ocorrer após a Revolução de 30 e, condicionado por ela, com o pensamento geográfico no Brasil, possibilitou a institucionalização da geografia como ciência a ser estudada em nível superior e a ser aplicada à problemática nacional (Andrade, 1994, p. 69).

Mas de nada adiantaram, neste momento, as posições de Delgado de Carvalho, pois os estudos geográficos continuaram a se desenvolver pelos velhos métodos da Geografia que ele considerava obsoleta; e em todo país perdurou o divórcio entre a velha e a moderna Geografia, que não se contenta com a descrição dos lugares, ela busca explicar as particularidades, o que segundo Emanuel De Martone lhe dá caráter científico. Predominava ainda a Geografia para atender os interesses impostos pela sociedade política.

Esta nova concepção da ciência geográfica só ganhou impulso a partir da década de 1930, que foi um marco para o desenvolvimento da Geografia no Brasil.

As transformações ocorridas na sociedade brasileira, após a Revolução de 1930, deram um estímulo ao desenvolvimento das ciências sociais, dentre elas a Geografia, contribuindo para criação de cursos de nível superior e instituições de pesquisas. Houve uma inovação no campo das ciências. As mudanças ocorridas no País, pós 1930, geravam novas necessidades, que, por sua vez, exigiam

um novo arranjo territorial da estrutura do poder político e econômico, centrado numa administração pública estruturada, com uma concentração de poder num espaço novo, o urbano-industrial.

Neste momento, como afirma Ferraz:

[...] o conhecimento cada vez mais racional e objetivo do território a ser administrado, paralelamente ao uso ideológico cada vez mais explícito do conhecimento “científico”, passaram a ser etapas necessárias para a efetiva consolidação das novas relações sociais e econômicas que então estavam se concretizando” (Ferraz, 1995, p. 26).

Sendo assim, as ciências sociais encontraram incentivo por parte das elites dirigentes, no sentido de serem instrumentos de compreensão e análise dos problemas brasileiros, usando as ciências como ferramentas do progresso social e buscando no estudo científico as bases da integração nacional.

É neste contexto histórico, gerado pela Revolução de 1930, que a burguesia e a classe média urbana passam a ter maior influência sobre o governo e a atenuar o poder da burguesia agrário-exportadora, que a Geografia ganha força e campo para se desenvolver cientificamente no Brasil.

Um grande passo para o desenvolvimento da Geografia foi a participação do Brasil no Congresso Internacional de Geografia, realizado em Paris, em 1931, promovido pela União Geográfica Internacional (UGI), expondo a cultura geográfica brasileira, que segundo os relatos do Instituto Histórico e Geográfico:

[...] incitou os geógrafos brasileiros a iniciar um movimento de renovação da Geografia no Brasil. De uma Geografia preocupada basicamente com a toponímia, passava-se para a Geografia do conhecimento do espaço brasileiro, através dos novos conceitos de pesquisa geográfica” (Histórico, 1939, p. 14).

E desta participação nasceu também o anseio pela adesão da geografia brasileira à UGI, pois isto permitiria que esta ciência usufruísse dos benefícios advindos com as pesquisas geográficas coordenadas ou sistematizadas por este órgão e o Brasil poderia ter mais informações da realidade de várias nações e do próprio território, quase desconhecido até então. Este, foi um primeiro passo, de fundamental importância, para que os novos modelos e concepções da ciência geográfica passassem a ser aceitos por um número maior de intelectuais e políticos brasileiros.

Esta participação evidenciou a necessidade urgente do governo brasileiro de criar uma comissão geográfica que representasse o Brasil junto à União Geográfica Internacional, o que levou geógrafos da época a não medir esforços no sentido de promover a adesão do Brasil à UGI. O convite oficial da adesão do Brasil à UGI foi feito em 1933, com a vinda ao Brasil do geógrafo francês Prof. Emmanuel De

Martone, que na ocasião foi recebido pelas magnas instituições culturais brasileiras: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro e a Academia Brasileira de Ciências. Este, em seu discurso salienta a riqueza e variedade dos temas geográficos brasileiros e que as atividades geográficas no Brasil seriam ainda mais fecundas no dia em que um Comitê Nacional de Geografia pudesse coordená-las e colocá-las em contato com organizações análogas por intermédio da UGI. E nas suas palavras, registradas em Histórico (1939, p. 10): “os proveitos serão úteis para ciência em geral, mas também para o próprio País, cheio de possibilidades de desenvolvimento”.

Houve assim, uma primeira tentativa, por parte da Academia Brasileira de Ciências, de providenciar a instalação de um Comitê de Geografia como entidade privada, encarregado da coordenação dos problemas da geografia brasileira. Mas as dificuldades em obter dados, colaborações e recursos financeiros fizeram com que esta tentativa fracassasse.

Por conseguinte, essa academia recorre então aos poderes públicos, na tentativa de o governo federal se encarregar da referida organização geográfica e da adesão da Geografia brasileira à União Geográfica Internacional, colocando que esta poderia efetivar vários empreendimentos em benefício da cultura nacional e dos conhecimentos geográficos do país, indo ao encontro dos objetivos da política do governo federal empreendida no enaltecimento da Pátria. Para isto foi apresentado ao Ministério da Agricultura um memorial que expunha as finalidades da organização dos serviços geográficos e estatísticos.

Este memorial, que consta em Histórico, declara que:

[...] os estudos geográficos a serem desenvolvidos com a efetivação da referida adesão ‘são estudos novos, subordinados ao caráter quase enciclopédico da Geografia Moderna e para os quais o Ministério da Agricultura mantém hoje serviços técnicos nitidamente orientados para atender idênticos objetivos, que, em última análise, são os da Geografia Humana, através da Economia (Histórico, 1939, p. 11).

Paralelamente e reforçando esta tentativa de criação de um órgão institucional que cuidasse dos problemas da Geografia brasileira, são criados os cursos superiores de Geografia, como já dissemos anteriormente. Estas instituições impulsionaram a institucionalização da Geografia no Brasil, principalmente com a vinda de professores da Missão Universitária Francesa Pierre Deffontaines e Pierre Monbeig, que deram um novo impulso no desenvolvimento desta ciência, consolidando a influência da escola francesa, na Geografia brasileira e reforçando, através de contatos com o Ministério das Relações Exteriores, as solicitações de se criar um Conselho de Geografia e a necessidade de se filiar a União Geográfica Internacional.

Segundo Azevedo,

[...] as aulas ministradas por estes mestres eram assistidas não só pelos alunos de Geografia e História, mas também por um grupo selecionado de figuras da elite intelectual, eliminando em pouco tempo, com suas ideias a velha Geografia, levando esta ciência a dar um salto muito grande, como certamente não se registrou em nenhum outro setor da ciência humana no Brasil (Azevedo, 1977, p. 49).

O pronunciamento da Associação dos Geógrafos Brasileiros, bastante significativo por ser esta uma instituição cultural nova que vinha se destacando pelo seu alto teor científico, vem reforçar a solicitação, onde numa reunião dos seus sócios, em outubro de 1936, votou a criação de um Conselho Nacional de Geografia, formulou votos para que este aderisse à União Geográfica Internacional e depositou confiança na ação do poder público através do Ministério das Relações Exteriores.

A ciência geográfica vinha ao encontro das transformações ocorridas na sociedade brasileira, implementadas pela política do nacionalismo, que voltava a preocupação do Estado, naquele momento, para resolver os problemas nacionais. Para tal era necessário um pleno conhecimento do território brasileiro, através do desenvolvimento de estudos sobre as mais variadas regiões do país, pois o momento político urgia um conhecimento do território como um todo, levantando todos os seus aspectos, para poder assim resolver todos os problemas e com isso reduzir os insucessos que expunham os pontos fracos da política nacionalista. Mas, de acordo com Penha (1993), não era ainda na Geografia que se via esta saída, e sim na Estatística que o Estado via um meio eficaz para detectar os problemas e orientar os estudos dos mesmos. Cria-se assim, em 1934, e instala-se em 1936 o Instituto Nacional de Estatística, que mais tarde se constitui em um passo fundamental para a Geografia.

Através da Convenção Nacional de Estatística, foi estabelecido um pacto fundamental da coordenação estatística brasileira por representantes dos governos da União e de todas as unidades da Federação (os Estados, o Distrito Federal e o Território do Acre), fixou-se as bases da regulamentação do Conselho Nacional de Estatística e os compromissos das partes integrantes que vieram a ser confirmadas por leis, conforme Legislação, dos quais nos interessa aqui destacar o seguinte:

Clausula XIII – Os governos federados, pelo órgão dos serviços técnicos competentes, sejam os de engenharia em geral, sejam os **especializados de geografia ou cartografia, filiados ou não ao Instituto, colaborarão nos trabalhos de cartografia geográfica necessários à Estatística e centralizados, para os fins de síntese nacional** (grifo nosso) na Diretoria de Estatística de Produção, do Ministério da Agricultura, segundo processos gerais aprovados pelo Conselho Nacional de Estatística. Com esse objetivo serão tomadas medidas, que assegurem a organização, para serem divulgadas nos anos precedentes aos censos gerais ou regionais, de cartas físicas e políticas do território estadual, das

quais constem a **divisão municipal, e, se possível, também a distrital, bem como as demais ordens de circunscrições administrativas e judiciárias** (grifo nosso). Aos municípios, os mesmos serviços formularão, ainda as sugestões convenientes e prestarão a assistência técnica necessária para que façam levantar ou rever, com a perfeição possível, os mapas dos respectivos territórios (Legislação, 1939, p. 129-145).

Estavam assim expostas as necessidades de se ter conhecimentos geográficos para melhor interpretar os valores estatísticos. Então, a criação deste Instituto firma uma aliança entre a Geografia e a Estatística, favorecendo ambas as partes, principalmente aperfeiçoando a Geografia em suas bases moderna.

Consolidaram-se, neste momento, duas correntes de iniciativas, buscando a criação de um órgão oficial de Geografia: uma relacionada com as atividades internacionais, que era constituída pelas iniciativas e/ou pressões relacionadas à efetiva adesão do Brasil à União Geográfica Internacional – UGI, fundamentada basicamente na corrente possibilista de La Blache; e a outra preocupada com a coordenação dos serviços geográficos no País, fundamentada no determinismo de Ratzel.

Penha (1993) afirma que, ao então Ministro das Relações Exteriores e também presidente do Instituto Nacional de Estatística, José Carlos de Macedo Soares, chegavam as solicitações das maiores autoridades mundiais em Geografia, colocando a importância da participação da Geografia brasileira no contexto internacional. Os problemas da Geografia nacional, tão ligados aos da Estatística, precisavam ser tratados por um órgão oficial. Partindo da iniciativa deste ministro, preocupado em facilitar os estudos a serem desenvolvidos sobre o território brasileiro, e tendo tido a autorização do Presidente da República, que buscava meios de estabelecer relações internacionais, convocou-se os expoentes da Geografia brasileira para reuniões no Itamarati onde elaboraram o projeto de criação do Conselho Brasileiro de Geografia.

Aos poucos os governantes brasileiros foram se apercebendo da importância dos referenciais geográficos para melhor entender a complexidade territorial da nação e como forma de divulgar os conhecimentos adquiridos segundo determinados objetivos.

A valorização do tema regional naquele momento estava dentro dos anseios do Estado Novo, que almejava a divisão do território como forma de controle e operacionalização dos projetos econômicos pelo poder central; assim, através do Decreto 1.527 de 24 de março de 1937, cria-se o Conselho Brasileiro de Geografia incorporado ao Instituto Nacional de Estatística e autoriza a sua adesão à União Geográfica Internacional, que decreta:

Artigo 1º - Fica instituído o Conselho Brasileiro de Geografia, incorporado ao Instituto Nacional de Estatística e destinado a reunir e coordenar, com a colaboração do Ministério da Educação e Saúde, **os estudos sobre a Geografia do Brasil e a promover a articulação dos serviços oficiais (federais, estaduais e municipais), instituições particulares e dos profissionais, que se ocupem da Geografia do Brasil no sentido de ativar uma cooperação geral para um conhecimento melhor e sistematizado do território pátrio.** Parágrafo 2º - Os serviços federais ficam obrigados a fornecer ao Conselho Brasileiro de Geografia um exemplar de cada livro, mapa ou outra qualquer publicação, referentes a assuntos geográficos do Brasil, que não tenham caráter secreto, bem como a prestar a colaboração e as informações que forem solicitadas pelo Conselho, observadas as disposições regulamentares (Legislação, 1939, p. 138, grifo nosso).

E em janeiro de 1938 os dois conselhos, o de Estatística e o de Geografia se unem em um único Instituto, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. A partir disto o Conselho Brasileiro de Geografia passa a ser Conselho Nacional de Geografia que através de suas assembleias toma decisões de grande importância para o desenvolvimento da ciência geográfica no Brasil. Uma das medidas foi a aprovação da publicação da Revista Brasileira de Geografia e a aprovação da integração do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, da Academia Brasileira de Ciências e da Associação dos Geógrafos Brasileiros no sistema geográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Apesar da ligação com a universidade a geografia produzida, neste período, pelo IBGE se diferenciava muito daquela produzida nas universidades, principalmente na Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas de São Paulo/USP. A ibegeana era uma Geografia com influências deterministas, ou seja, ratzelianas, comprometida com os quesitos políticos do Estado Novo. É importante destacar que a cúpula dirigente do IBGE era formada por engenheiros, militares e políticos ligados simultaneamente a organizações geográficas mais tradicionais, experientes nos jogos de poder, mas que necessitavam, para se manterem, recorrer ao assessoramento de um corpo técnico moderno.

Assim as grandes decisões ligadas à gestão do território e às propostas destinadas a influir sobre as estruturas territoriais do País dificilmente partiam de geógrafos, mas basicamente desta cúpula.

Monteiro (1980), coloca esta questão quando discute a evolução da Geografia no Brasil:

A criação do IBGE em 1937 foi ato do 'Estado Novo', tendo o seu Conselho Nacional de Geografia (talvez o único órgão institucional de caráter geográfico diretamente ligado ao poder central de um Estado) logo aderido à União Geográfica Internacional. Ligada a um caráter pragmático de subsídio político, a produção ibegeana de Geografia, em contraste com aquela nascente na Universidade, revestiu-se de um caráter de comprometimento ao poder, o que fez com que se a distinguísse (mesmo com um certo tom de

malícia) como 'Geografia do Estado Novo', passando posteriormente o epíteto à 'oficial'. O fato mais decisivo para que se lhe imputasse este caráter foi aquele assumido pela necessidade de determinar as 'divisões territoriais' do país (Monteiro, 1980, p. 28).

O caráter científico do conhecimento geográfico ia-se adequando ao discurso nacionalista proposto pelo Estado, e, nesta relação institucional, assumida pelos intelectuais, principalmente os liberais e progressistas da época, é que se via a solução para os problemas da existência deste ramo do saber, assim como a viabilização racional para a construção da nação brasileira.

Mas apesar da Geografia ter sido incorporada pelos interesses e necessidades do Estado brasileiro, não se pode também deixar de reconhecer a importância do momento histórico no qual essa adquiriu seu caráter científico no Brasil, e de considerar o avanço metodológico e a conquista política feita através desta nova concepção de Geografia, a "Geografia Moderna". Concepção que tinha uma preocupação com a vacuidade das ideias e a falta de rigor científico que a Geografia até então apresentava, ou seja, a preocupação com a questão do método era uma constante para esta proposta de renovação da ciência geográfica.

Segundo Ferraz (1995), buscava-se um método que descreveria a realidade estudada de forma objetiva, empiricamente comprovada, racionalmente exata, de maneira a inviabilizar dúvidas e contradições. Para tal, a indução, análise e síntese eram elementos cruciais, pois, ao se estudar a realidade como um todo, dividir-se-ia este todo em partes, descrevendo suas características principais após criteriosa observação, estabelecer-se-iam estas várias partes para ser ter a noção do todo sistematizado. Foi no método positivista-funcionalista que a Geografia moderna delineou seus rumos, o único visto como solução tanto dos problemas da ciência geográfica, quanto da sociedade brasileira.

Bray (1976), explica que na década de 1930 predominou a corrente de tendência positivista-funcionalista na Geografia, influenciada pela escola geográfica francesa (positivista-funcionalista), que se introduziu no Brasil neste período e encontrou no seio filosófico brasileiro concepções semelhantes, o empirismo e o pragmatismo, que iam ao encontro dos anseios dos homens da ciência, dos políticos e dos governantes.

Assim, os problemas relacionados com a grande extensão territorial, com a relação do homem com a terra, socioeconômicos e a crescente urbanização, que eram objetivos imediatos do Estado a serem solucionados, objetivou os estudos de geógrafos na década de 1930. E foi através dos trabalhos de campo, da fidelidade com o visível e do estudo geográfico das mais diferentes áreas do país que os geógrafos positivistas-funcionalistas desenvolveram seus estudos, constituindo trabalhos de rico material empírico que alicerçaram a Geografia brasileira.

Portanto, é na década de 1930, no contexto da política do nacionalismo, e de um novo tipo de desenvolvimento capitalista no Brasil, agora com suas atividades assentadas na indústria e no comércio interno, que a Geografia tem seu reconhecimento enquanto ciência, atingindo seu momento de maior peso e influência junto ao Estado e à sociedade brasileira. Assim, o caráter científico do conhecimento geográfico vai se adequando ao discurso nacionalista objetivado pelo Estado, e nesta relação institucional, assumida pelos intelectuais, principalmente os liberais e progressistas da época, é que se via a solução para os problemas da existência deste ramo do saber, assim como a viabilização racional para a construção da nação brasileira.

No ensino, tomou uma importância como até então não tinha tido, sendo uma das peças fundamentais do currículo na formação de um espírito patriótico e no papel ideológico para com os reais interesses do Estado nacionalista. Esta ênfase concedida à disciplina de Geografia já aparece na Reforma educacional de 1931, quando é dada à esta disciplina uma importância como até então não havia aparecido em reforma educacional alguma.

É mais precisamente a partir da Revolução de 1930, que se dá, como denomina Pereira (1970), “*o grande despertar*” da sociedade brasileira, momento em que esta volta sua atenção para entender as causas do subdesenvolvimento e do seu atraso em relação às sociedades desenvolvidas. É aqui que tem início a ideologia política nacional desenvolvimentista.

Dentro do Programa de reconstrução nacional estabelecido pelo governo de Vargas a educação é uma das prioridades, pois pretendia-se uma difusão intensiva do ensino, em todos os níveis, pelo País. E o debate político e educacional, em busca da construção de um novo Brasil foi rico e diversificado, pois abarcava projetos distintos como os dos liberais, católicos, governistas, que desejavam transformações dentro da ordem e o dos integralistas e aliancistas que se debatiam por transformações que levassem a uma nova ordem.

Ghiraldelli (1994), quando fala a esse respeito, diz que o governo Vargas foi hábil em conquistar os vários setores sociais através de uma política que se mostrava alternante entre as táticas do cooptação e da repressão. E no campo da educação não se mostrou diferente, pois desenvolveu-se um esforço governamental no sentido de controlar as duas grandes tendências do pensamento educacional que se esboçou ao longo dos anos 1920.

As vanguardas de educadores que já se reuniam desde o final dos anos 20, em Conferências Nacionais, promovidas pela Associação Brasileira de Educação, reúnem-se naquele momento, 1931, na IV Conferência Nacional de Educação em busca das Diretrizes da Educação Popular que norteariam o então criado Ministério da Educação e Saúde Pública, cujo ministro era Francisco Campos.

Este, pertencente ao grupo dos profissionais da educação, por sua vez, tinha livre trânsito entre as diversas facções que discutiam a educação. Porém, promove uma reforma a nível federal sem ao menos esperar os resultados das discussões da IV Conferência Nacional.

Foi uma reforma imposta a todo país, cria o Conselho Nacional de Educação, traça diretrizes para o ensino superior, organiza o ensino secundário, dentre outras. Esta por sua vez vai ao encontro da política nacional desenvolvimentista.

A efervescência da discussão a respeito da educação brasileira não cessa com esta reforma, pois na tentativa de influenciar as diretrizes governamentais, os liberais vieram a público, em 1932, com o “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”¹, que desperta uma reação incontida por parte dos católicos. O governo de Vargas assiste a este confronto e tenta mediar a discussão com habilidade, pois tinha um outro problema nesse momento - a luta de classes. E é nesta efervescência da discussão educacional que o mesmo tenta buscar subsídios para resolver os problemas da questão social, acreditando que acalmaria as massas com escolas.

Esta reforma, de 1931, vai estabelecer claramente a relação definitiva do Estado com o ensino. Pois a educação passa a fazer parte de uma política estabelecida e dirigida pelo Estado, com fins e objetivos específicos.

O Colégio D. Pedro II continuava ainda como modelo, mas tendo o currículo estabelecido e coordenado pelo Estado. O ensino primário também passou a ser subordinado diretamente ao governo central.

E é, também, nesta reforma que se consolida a nova forma de tratar a Geografia, principalmente porque algumas facções da elite e do Estado vão percebendo que este novo enfoque dado aos estudos geográficos pode proporcionar um conhecimento melhor e maior do território, como também auxiliar na consolidação de projetos socioeconômicos através do aspecto ideológico.

Ferraz (1995) indica que a Geografia foi definindo seu perfil oficial e institucional, via elevação de métodos científicos de pesquisa e ensino, como trabalhos de campo, aulas práticas, uso de recursos didáticos como mapas e globos, passando a tentar estabelecer relações entre os diversos componentes de dada paisagem estudada, não se atendo ao meramente taxonômico e nomenclatural, introduzindo novos temas e conceitos como a questão do urbano, do rural, da industrialização, bem em sintonia com as mudanças por que passava o país e conforme almejavam muitos intelectuais, dentre os quais Delgado de Carvalho.

¹ O “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova” se constitui em um longo documento dedicado ao governo e à nação que se pautou em linhas gerais, pela defesa da escola pública obrigatória, laica e gratuita e pelos princípios pedagógicos renovados. Um documento que visava a defesa de uma nova educação, adaptada a uma civilização urbano-industrial.

Esta posição da Geografia se consolida em 1942, com a Reforma Gustavo Capanema, ministro do então Ministério da Educação e Saúde do governo de Getúlio Vargas. Aparecendo apenas como um aprimoramento da reforma anterior, esta deixava ainda mais clara a função da educação na formação da consciência patriótica e na consolidação da formação de uma integridade nacional, objetivos claros da política educacional coordenada pelo Estado na época. O Estado ainda permanece definindo os currículos e questões administrativas do ensino médio e superior, apenas é dada uma relativa autonomia aos municípios quanto ao ensino primário.

As leis educacionais que regeram a escola no período de 1931 a 1945 tiveram influência nesta disciplina escolar, uma vez que é neste período que a Geografia atinge sua feição moderna e científica, e com isto os livros didáticos, levam em consideração os novos caminhos metodológicos e didáticos que se apresentam neste momento de maior importância para o ensino da Geografia.

A disciplina de Geografia, nas décadas de 1930 e 1940 entrava como uma parte da cultura induzida articulada, pelo Estado Novo. Os manuais didáticos expressam a tentativa de a disciplina de Geografia apresentar-se como veículo de divulgação ideológica na função de “rearrumação” da burguesia nacional, tal como a ciência se organizou na Alemanha, no início do século XIX.

Considerações finais

Podemos, portanto, compreender melhor porque os geógrafos atribuem à década de 1930 o marco para a Geografia no Brasil, pois a mesma, enquanto ciência e principalmente enquanto disciplina escolar era utilizada para veicular o discurso do Estado centralizador e nacionalista. Por trás do Estado estava a sociedade burguesa que se rearticulava para restaurar as condições para o mercado. O nacionalismo é a fisionomia do Estado que articula os interesses da classe industrial com os do latifúndio. É assim que a burguesia emerge e se afirma como classe social nacional. Confere à nação a sua fisionomia, tal como se reorganizou o estado Prussiano no século anterior. O nacionalismo é a face da restauração da sociedade capitalista. E para validar este discurso ideológico o governo se utilizou do conhecimento científico, principalmente das ciências humanas, que eram usadas como meio de divulgar o nacionalismo pelo País, com o propósito de fortalecer as novas relações políticas, sociais e econômicas.

Então, à disciplina de geografia coube o papel de divulgar a imagem do Brasil “perfeito”, pátria a ser amada e idolatrada. Coube-lhe também o papel de formadora da consciência patriótica no estudante, pois através dos conhecimentos

desenvolvidos por esta disciplina o cidadão estaria apto a trabalhar na construção de um país melhor.

O controle do Estado sobre o país como um todo, enquanto expressão dos interesses da sociedade civil, em particular na educação, garantia que as disciplinas escolares desempenhassem os papéis que lhes foram propostos, principalmente disciplinas como a Geografia e a História, consideradas estratégicas no desenvolvimento do projeto nacionalista do Governo Vargas. Assim, apesar de a Geografia se apresentar como uma disciplina controladora, a mesma foi, por sua vez extremamente controlada garantindo o cumprimento da sua função de disciplina estratégica para a legitimação da política nacionalista.

Referências

- ANDRADE, M. C. O pensamento Geográfico e a realidade brasileira. **Boletim Paulista de Geografia**, v. 54, p. 05-28, jun. 1977.
- ANDRADE, M. C. **Geografia, ciência da sociedade**: uma introdução à análise do pensamento Geográfico. São Paulo. Ed. Atlas, 1994, 143 p.
- AZEVEDO, A. A geografia em São Paulo e sua evolução. **Boletim Paulista de Geografia**, v. 54, p. 46-73, junho de 1977.
- BRAY, S. As escolas geográficas em São Paulo e no Brasil: 1934-1976 (uma tentativa de classificação). **Boletim do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade Estadual "Júlio de Mesquita Filho"**, Presidente Prudente-SP, n. 07, 1976.
- FERRAZ, C. O. B. **O discurso geográfico**: a obra de Delgado de Carvalhono contexto da Geografia brasileira – 1913 a 1942. 132 f. Dissertação. (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.
- GHIRALDELLI JR., P. **História da educação**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994.
- HAMBURGER, A. *et al.* (Orgs.). **A ciência nas relações Brasil – França (1850 – 1950)**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, FAPESP, 1996.
- HISTÓRICO da criação do Conselho Nacional de Geografia. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, IBGE, v. 1, n. 1, p. 09-18, janeiro/1939.
- IANNI, O. **Estado e planejamento no Brasil (1934 – 1977)**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1971.
- LEGISLAÇÃO. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 1, ano 1, p. 129-145, 1939.
- MONTEIRO, C. A. de F. **A Geografia no Brasil (1934 -1977) – Avaliação e tendências**. São Paulo: Instituto de Geografia/USP, 1980.
- PENHA, E. A. **A criação do IBGE no contexto da centralização política do Estado Novo**. Rio de Janeiro: FIBGE – Centro de Documentação política e Disseminação de Informações, 1993.
- PEREIRA, L. **Ensaios de Sociologia do desenvolvimento**. São Paulo, Ed. Pioneira, 1970.
- PRADO JÚNIOR, C. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1971.
- VLACH, V. R. F. **A propósito do ensino de Geografia**: em questão, o nacionalismo patriótico. 206 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988.